



ENTREVISTA

COORDENADOR DA FRENTAS

Antônio Marcos Dezan

A desvalorização das carreiras do MP e da Magistratura

PÁGINA 11

ANPT

INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO

Colégio de Delegados da ANPT debate subsídios durante reunião em Brasília

No dia 22 de agosto, procuradores do Trabalho que compõem o colégio de delegados da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) estiveram reunidos em Brasília. Na pauta de assuntos discutidos foram debatidas estratégias de atuação a serem adotadas pela entidade no que diz respeito ao tema da recomposição dos subsídios.

▶ PÁGINA 7



Fotos: Ascom/ANPT

FRENTAS impetra novo Mandado de Injunção no STF

Decisão tomada pelos representantes da entidade associativas foi em razão da omissão legislativa do Congresso Nacional ao não apreciar os Projetos de Lei (PLs) 2197/2011 e 2198/2011, que tratam da recomposição do valor dos subsídios dos membros do Ministério Público e da magistratura.

▶ PÁGINA 3

Foto: Ascom/ANPT



CSMPT

Anteprojeto de lei trata da criação de cargos de membros e servidores no MPT

Página 5

AMIANTO

Audiência pública no STF debate a utilização do mineral

Página 6

Caro associado,

O mês de agosto de 2012 muito bem refletiu os desafios que se apresentam à diretoria de uma entidade de classe como a nossa ANPT. Da mesma forma que os colegas, na luta diária do exercício das atividades finalísticas do Parquet laboral, a atividade associativa neste período exigiu intensa mobilização em diversas frentes.

A luta pela recomposição dos subsídios foi inegavelmente o assunto que mais movimentou a ANPT no período, aliás, em resposta aos justos anseios da categoria sobre o tema. Para além das incursões diárias e reuniões no Congresso Nacional, da busca constante por uma atuação uniforme e, portanto, mais robusta, por meio da FRENTAS, e da própria decisão do ajuizamento de novo mandado de injunção perante o STF, a ANPT abraçou a sua tradição democrática ao ouvir a categoria sobre estratégias que poderiam ser somadas para o êxito do objetivo comum de todos, de valorizar a carreira remunerando seus membros de forma proporcional à responsabilidade do mister que exercem.

Dentro desta ótica, foi realizada importante reunião do Colégio de Delegados, oportunidade em que, além de tomadas decisões sobre temas diversos e reiteradas pela diretoria as informações constantemente repassadas sobre as ações que vêm sendo adotadas, foram discutidas novas estratégias para ver recompostos os subsídios dos membros, sendo digno de nota, sempre, que as demandas em trâmite no Congresso não tratam de reajuste, mas da reposição das perdas inflacionária dos últimos anos.

Em outra frente, a ANPT teve intensa atuação perante o egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, que aprovou texto de anteprojeto de lei criando cargos de membros e servidores e Procuradorias em Municípios de diversos Estados. O anteprojeto, que fora enviado ao procurador-geral da República para posterior análise e remessa ao Congresso Nacional, é decorrente de requerimento apresentado pela ANPT.

A defesa de prerrogativa de membro, o acompanhamento próximo de projetos de lei de interesse da categoria e da defesa dos direitos sociais indisponíveis, a participação em eventos que exigiram posicionamento da classe e, de modo especial, a luta pelo banimento do amianto, também exigiram da ANPT atuação firme e presente.

Por fim, não podemos deixar de convidar todos novamente para o 24º ENPT, que se realizará entre os dias 4 a 7 de outubro em Natal, Rio Grande Norte, sendo, como sempre, oportunidade singular de conagração de colegas e familiares.

Diretoria da ANPT

Nova área de assuntos legislativos

A página eletrônica da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) conta, a partir de agora, com uma nova ferramenta que vai auxiliar na troca de informações entre a diretoria e os associados sobre projetos de interesse da categoria que estão em tramitação no Congresso Nacional. O espaço, que pode ser acessado com um clique no *banner* localizado na página eletrônica da ANPT, mais especificamente no tópico “projetos”, auxiliará para uma ainda mais estreita troca de informações entre a diretoria e os associados no que diz respeito ao acompanhamento da tramitação de proposições legislativas de interesse da categoria no Congresso Nacional.

Empossada nova procuradora do Trabalho

Foi empossada no dia 4 de setembro, no cargo de procuradora do Trabalho, Adriana Maira Silva Candeira, que já é, inclusive, associada da ANPT. A cerimônia de posse, da qual o presidente da entidade, Carlos Eduardo de Azevedo Lima participou, aconteceu no gabinete do procurador-geral do Trabalho, Luis Antonio Camargo de Melo. A procuradora oficiará na Procuradoria Regional do Trabalho (PRT) da 14ª Região (Rondônia e Acre).

Encontro Nacional discute trabalho infantil

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), realizou, no dia 22 de agosto, o I Encontro Nacional sobre o Trabalho Infantil, em Brasília. A criação de Estratégia Nacional de Enfrentamento e Erradicação do Trabalho Infantil, a exemplo das Estratégias Nacionais de Justiça e Segurança Pública (Enasp) e de Combate à Lavagem de Dinheiro (Enccla), foi um dos encaminhamentos aprovados na Plenária do evento, que contou com a presença de cerca de 150 participantes.

ANPT defende atuação de associado

A ANPT divulgou, no dia 13 de agosto, nota pública onde manifestou sua irrisignação em face de medidas que, segundo a entidade, têm claro intuito de retaliação à atuação de membro do MPT, mais especificamente do procurador do Trabalho Paulo Gonçalves Veloso. O associado da entidade vem sendo vítima de medidas que, adotadas pela Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários no Estado de Minas Gerais (Fettominas), têm, claramente, o objetivo de tentar intimidar a atuação do procurador, “como represália à sua escorreita e séria atuação, por meio da qual, no regular e legítimo exercício de suas atribuições constitucionais, adotou as providências por ele reputadas pertinentes visando ao resguardo dos direitos dos trabalhadores e do ordenamento jurídico laboral como um todo”.

EXPEDIENTE Diretoria ANPT - Biênio 2012/2014

Carlos Eduardo de Azevedo Lima
PRESIDÊNCIA

Daniela de Moraes do Monte Varandas
VICE-PRESIDÊNCIA

Fabiano Holz Beserra
SECRETARIA-GERAL

Ângelo Fabiano Farias da Costa
DIRETORIA FINANCEIRA

Fábio Goulart Villela
DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

José Cláudio Monteiro de Brito Filho
DIRETORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Alberto Bastos Balazeiro
DIRETORIA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

Alice Nair Feiber Sonogo Borner
DIRETORIA DE ASSUNTOS SOCIAIS E DE EVENTOS

Yamara Viana de Figueiredo
DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Marcelo Adriano da Silva
DIRETORIA

Renata Aparecida Crema Botasso
DIRETORIA

Cândice Gabriela Arósio
DIRETORIA

INFORMATIVO ANPT: Edição e redação: Gustavo Rocha, Isabel Carvalho, Revisão: Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Projeto Gráfico e Diagramação: Júlio Leitão, Tiragem: 1.700 exemplares. **CONTATO:** Tel.: (61) 3224.5720, E-mail: imprensa@anpt.org.br, Site: www.anpt.org.br, Endereço: SBS, Qd. 02, Bl. “S”, Salas 1103 a 1105, CEP: 70070-904 – Brasília-DF.

Articulação no Congresso Nacional e reuniões com entidades associativas resultam em novas ações em prol dos subsídios

Integrantes da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público da União (Frentas), da qual faz parte a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), estiveram reunidos no dia 28 de agosto na sede da Associação dos Juízes Federais (Ajufe). Durante a reunião, o grupo decidiu, em concordância com proposição apresentada pelo presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, impetrar novo Mandado de Injunção (MI) no Supremo Tribunal Federal (STF), que trata da omissão legislativa do Congresso Nacional ao não apreciar os Projetos de Lei (PLs) 2197/2011 e 2198/2011 (uma vez que os MIs ajuizados até o momento dizem respeito, especificamente, aos PLs 7749/2010 e 7753/2010), que tratam da recomposição do valor dos subsídios dos membros das duas carreiras.

As demais entidades que integram a Frentas também concordaram em divulgar Nota Pública conjunta, nos moldes daquela que já foi divulgada pela ANPT. O documento enfatiza o inconformismo dos membros do Ministério Público e do Poder Judiciário com a crescente desvalorização das suas carreiras e manifesta a irrisignação de todas as categorias com o desrespeito às normas constitucionais perpetrado pelo Poder Executivo ao longo dos últimos anos.

Já no dia 15 de agosto, o presidente da ANPT e a vice-presidente, Daniela Varandas, participaram, em Brasília, de reunião na sede da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) para tratar de diversas questões relacionadas às entidades de classe, como propostas legislativas que estão em trâmite no Congresso Na-



Frentas reunida na AMPDFT



Diretor da ANPT com o senador Eduardo Amorim

cional, bem como possíveis medidas judiciais a serem adotadas visando à defesa dos interesses dos membros das respectivas categorias.

Na reunião, foram debatidas estratégias voltadas para a rejeição da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37, também conhecida como “PEC da Impunidade”, atualmente em trâmite na Câmara dos Deputados e que tem por objetivo retirar o poder investigatório do Ministério Público. Os dirigentes da ANPT levantaram a discussão referente a diversas providências de cunho jurídico adotadas com o objetivo de se obter a recomposição inflacionária do valor dos subsídios dos membros do MP.

O presidente da ANPT noticiou às demais entidades associativas as medidas que já estão sendo tomadas e estudadas pela ANPT, debatendo com as outras associações a possibilidade de atuação conjunta. Discutiram, ainda, a possibilidade de realização de atos públicos e ou-

tras providências.

Já nos dias 7 e 8 de agosto, o diretor de Assuntos Legislativos da ANPT, Alberto Bastos Balazeiro, esteve no Congresso Nacional, a fim de acompanhar proposições legislativas de interesse da categoria que tramitam na Casa. O diretor

participou, no Senado Federal, da instalação da Comissão Especial que vai analisar o Projeto de Lei do Senado (PLS) 236/2012, que visa a reformar o Código Penal. A ANPT já acompanha o PLS desde a elaboração do anteprojeto.

Alberto Balazeiro acompanhou, também, a reunião da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, uma vez que estava na pauta daquele colegiado a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 2/2011 (e apensadas) que

restabelece o pagamento do Adicional por Tempo de Serviço (ATS), para várias carreiras do serviço público, inclusive para o Ministério Público. Houve intensa articulação da base do governo, que, alegando a necessidade de construir uma proposta conciliatória, obteve êxito em retirar o tema da pauta da sessão.

O diretor da ANPT esteve reunido, também, com o senador Eduardo Amorim (PSC/SE), oportunidade na qual tratou de temas de interesse dos membros do Ministério Público do Trabalho.

A Frentas também esteve reunida, no dia 1º de agosto, na Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT), para discutir a recomposição dos subsídios. O grupo abordou, ainda, a questão do Adicional por Tempo de Serviço (ATS), a Lei de Acesso à Informação e diversos outros temas de interesse dos membros do MP e da magistratura. ■

Fotos: Ascom/ANPT

Presidente do STF debate subsídios com entidades associativas

A vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Daniela Varandas, participou no dia 29 de agosto da reunião do Conselho de Representantes da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Ayres Britto. Na ocasião, foram debatidas questões relacionadas ao panorama político e institucional brasileiro.

Em sua exposição, o presidente do STF ressaltou o quadro atual de desvalorização da magistratura e do Ministério Público, o que, segundo ele, “se reflete na falta de recomposição dos subsídios e na falta de outros incentivos para a carreira”. Sobre a questão dos subsídios, Ayres Britto afirmou que recebeu do Governo a mesma proposta de reposição linear que vinha sendo oferecida para outros servidores, no valor de 15,8%, a partir de janeiro de 2013, parcelados em três anos.

A manifestação dos dirigentes associativos presentes no encontro, tanto do Ministério Público quanto da magistratura, foi unânime no sentido de que não se deveria aceitar tal proposta do Executivo. Segundo as entidades, o índice apresentado está longe do patamar aceitável para recomposição das perdas inflacionárias e, além disso, “é necessário velar pela regra constitucional da autonomia financeira e orçamentária do Ministério Público e do Poder Judiciário”.

Segundo a vice-presidente da ANPT, a Associação, assim como as demais entidades que integram a Frente Associativa da magistratura e do Ministério Público da União (FRENTAS), acompanharia a tramitação das propostas

orçamentárias do Judiciário e do Ministério Público. “Tomaremos todas as medidas judiciais necessárias para manter a integridade das propostas encaminhadas ao Poder Legislativo”, disse. **N**



Ayres Britto conversou com os representantes da Frentas

Fotos: Ascom/ANPT



Daniela Varandas representou a ANPT na reunião

Sinasempu e Anata pedem apoio da ANPT

A ANPT recebeu, no dia 15 de agosto, representantes da Associação Nacional dos Analistas, Técnicos e Auxiliares do Judiciário e MPU (Anata) e do

Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União (Sinasempu). As entidades pediram que a ANPT apoiasse o manifesto conjunto dos servidores, que já contaria com a

adesão de alguns membros, em defesa da autonomia do MPU e do Poder Judiciário, bem como à greve dos servidores do Ministério Pública da União.

O manifesto, segundo as entidades sindicais, teria como principal objetivo mostrar ao governo que essa autonomia, prevista na Constituição Federal de 1988, precisa ser respeitada e cumprida pelos Poderes Executivo e Legislativo. Durante a reunião, o grupo solicitou também o apoio da ANPT a respeito da valorização da carreira do MP. A Associação subscreveu tal documento e reafirmou o apoio da ANPT às categorias.

Foto: Ascom/ANPT



ANPT manifestou seu apoio às entidades

CSMPT aprova requerimento da ANPT que trata da criação de cargos de membros e servidores no MPT

O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho (CSMPT) aprovou, em sessão realizada no dia 27 de agosto, texto de anteprojeto de lei que trata da criação de cargos de membros e servidores, bem como Procuradorias do Trabalho em Municípios (PTMs), em todo o Ministério Público do Trabalho (MPT). O anteprojeto de lei, agora, será enviado ao procurador-geral da República (PGR), Roberto Gurgel, para análise e posterior remessa ao Congresso Nacional. A deliberação do CSMPT teve origem a partir de requerimento formulado pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT).

O anteprojeto aprovado pelo CSMPT propõe a criação de 183 PTM's, a serem implantadas em localidades com Varas do Trabalho, segundo as necessidades do serviço e a disponibilidade dos recursos orçamentários, 899 cargos de procurador do Trabalho, cerca de 150 cargos de procurador Regional do Trabalho, 6857 cargos efetivos de servidor, sendo 3155 de analistas e 3702 de técnicos. Prevê, ainda, 24 cargos em comissão nível 5, 96 cargos em comissão nível 4, 297 cargos em comissão nível 3, 1312 cargos em comissão nível 2, 169 funções de confiança nível 3, 507 funções de confiança nível 2, e 451 funções de confiança nível 1.

Segundo o presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, a aprovação do requerimento e, conseqüentemente, o encaminhamento do anteprojeto de lei “representa questão



Conselheiros do CSMPT

Foto: Ascom/MPT

de inegável interesse para todos os membros do MPT e, também, da própria sociedade, efetiva destinatária dos serviços prestados pelos membros da instituição”, destacou.

Ainda durante a sessão, o Conselho apreciou outro requerimento proposto pela ANPT que dispõe acerca do Regimento Interno da Corregedoria-Geral do

MPT. A Associação pleiteou uma atualização e mais adequada regulamentação da matéria, que tem possíveis repercussões na atuação de todos os membros do Ministério Público do Trabalho.

No curso da tramitação do requerimento, foi apresentada manifestação formal da ANPT acerca de alguns pontos específicos constantes da proposta de Resolução apresentada pela relatora, conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos. As sugestões apresentadas pela Associação, que também foram abordadas em sustentação oral do presidente da entidade durante a sessão, foram acolhidas em parte pelo Conselho.

Também durante a sessão, o Conselho aprovou os processos relativos ao vitaliciamento de 101 procuradores do Trabalho, sendo 99 deles referentes a membros aprovados no 16º Concurso Público para provimento de cargos de membros do MPT, além de 02 procuradores aprovados no 15º concurso, cujos vitaliciamentos ainda não haviam sido apreciados em razão de terem tais membros tomado posse no cargo em momento posterior. **N**

Presidente da ANPT reúne-se com associados na PRT de Rondônia

O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, esteve reunido, no dia 8 de agosto, na sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região (Rondônia e Acre), com procuradores do Trabalho, associados da ANPT, para conversar sobre temas de interesse dos membros do Ministério Público do Trabalho (MPT). A atuação da entidade no campo legislativo foi um dos assuntos abordados.

Durante o encontro, Azevedo Lima esclareceu como tem sido o trabalho da ANPT no Congresso Nacional, para acompanhar as proposições legislativas de interesse da categoria. O presidente da entidade falou, também, sobre a tramitação de requerimentos formulados pela Associação, principalmente no Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho (CSMPT) e no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), assim como o andamento de ações judiciais ajuizadas pela Associação.

O grupo visitou, ainda, a nova sede da PRT-14, que está em fase de construção, com previsão de conclusão em breve.



Reunião na PRT-14



Visita à nova sede da Regional

Fotos: Associado da ANPT/Marcos G. Cutrim

ANPT defende proibição do amianto em audiência pública no STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) promoveu, nos dias 24 e 31 de agosto, audiências públicas que reuniram especialistas de órgãos públicos, entidades da sociedade civil, representantes da indústria, de trabalhadores e de vítimas do amianto para debater o uso desse mineral no país. A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) se fez presente nas duas ocasiões, sendo que na do dia 31 a engenheira Fernanda Giannasi, indicada pela entidade como especialista para falar sobre a matéria, apresentou sua manifestação à Corte a respeito dos malefícios do uso do amianto no Brasil e no mundo.

De acordo com a engenheira, não há nível seguro de utilização da fibra, estando os trabalhadores e a própria população em geral expostos a graves e sérios riscos. Fernanda Giannasi esclareceu, ainda, que os riscos por exposição ao amianto não são aceitáveis nem em nações desenvolvidas nem naquelas de industrialização recente e que, além disso, existe disponibilidade de substitutos mais seguros e apropriados. “Uma proibição mundial imediata da pro-



Foto: Ascom/ANPT

Engenheira Fernanda Giannasi

dução e uso do amianto é esperada há muito tempo, além de completamente justificada e absolutamente necessária”, disse a especialista.

Hoje, 66 países proibiram a utilização do amianto, inclusive a Argentina, Chile e Uruguai. No Brasil, cinco estados e dezenas de municípios já têm leis que vetam a utilização do amianto. “Infelizmente, nossas autoridades preferem

fazer vistas grossas, não punindo os infratores, já que há fortes interesses políticos e econômicos envolvidos com a produção e utilização deste mineral”, enfatizou Giannasi.

Durante a apresentação, Giannasi explicou que o mineral em questão é cancerígeno para os seres humanos sob todas as formas, origens e tipos. “Há uma vasta literatura médica, produzida em todo o século XX, que dá sustentação à tese de que não há maneira segura de se trabalhar com amianto ou utilizar produtos que o contêm, e que a melhor forma de se eliminar as doenças provocadas por esta fibra mineral é o seu banimento”, informou.

POSICIONAMENTO DA ANPT

Atualmente, existem diversas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) sobre a questão do amianto em tramitação no Supremo Tribunal Federal, razão pela qual a Corte optou pela realização das audiências públicas, em que especialistas tratam dos aspectos técnicos envolvendo a utilização do mineral. Uma das ações é a ADI 4066, ajuizada pela ANPT em parceria com a Anamatra, cujo relator é o ministro-presidente, Carlos Ayres Britto a qual, questiona dispositivo da Lei Federal 9.055/95 que permite a exploração e a comercialização do amianto crisotila no país, também conhecido como amianto branco. As associações insistem que não há nível seguro de exposição ao amianto, como definiu, em 1977, a OMS.

Segundo o presidente ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, que também participou das audiências públicas no STF, “já passou da hora de se banir, em definitivo, a utilização de toda e qualquer modalidade de amianto no Brasil, na linha do que já se vem fazendo, há décadas, em dezenas de outros países, tendo em vista todos os malefícios causados pelo contato com a sua fibra, o que já está mais que comprovado cientificamente. Não há como se alegar a possibilidade de uso controlado, pois não há, definitivamente, nível seguro de exposição ao amianto, não se podendo falar em qualquer tolerância nesse sentido”, ponderou. **N**



Fotos: Ascom/ANPT

Audiências debateram a utilização do amianto no Brasil



Especialistas de diversas instituições acompanharam as audiências

Colégio de delegados e diretoria da ANPT reúnem-se em Brasília

Fotos: Ascom/ANPT



Colégio de delegados reunido em Brasília

Foi realizada, no dia 22 de agosto, reunião conjunta entre o colégio de delegados e a diretoria da ANPT, em Brasília. O objetivo do encontro, além de permitir a troca de experiências e conteúdos relativos à atuação da entidade, foi o de definir outras estratégias que serão adotadas pela Associação, além daquelas que já vêm sendo providenciadas pela entidade, voltadas para a recomposição do valor dos subsídios dos integrantes da categoria, que não tem reposição inflacionária há anos. O grupo elegeu, também, a nova presidente do Colégio, a procuradora do Trabalho Ana Gabriela Oliveira de Paula.

O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, expôs ao colegiado as medidas que vêm sendo adotadas no trabalho de articulação política junto aos Poderes Legislativo e Executivo, bem como perante ao procurador-geral da República e ao presidente do Supremo Tribunal Federal. Falou, ainda, sobre as medidas que têm sido providenciadas no âmbito judicial acerca da questão.

Após amplos debates, tendo os delegados relatado o posicionamento de cada uma das Procuradorias Regionais do Trabalho por eles representadas, juntamente com os relatos das representantes da Procuradoria-Geral do Trabalho e dos associados aposentados, foram debatidos os temas que constariam na pauta de Assembleia Geral Extraordinária realizada pela ANPT virtualmente. Outro tema em pauta foi a Agenda Legislativa da entidade, que deverá ser lançada no início do próximo ano. O material contará com as proposições legislativas de interesse da categoria, assim como o seu andamento no Congresso Nacional e o posicionamento da Associação acerca de tais projetos.

O grupo discutiu, ainda, temas como as verbas para eventos



A procuradora Ana Gabriela Oliveira de Paula foi eleita presidente do colégio de delegados

patrocinados pela entidade e a ampliação da rede de convênios, ampliando os benefícios aos associados.

Já na tarde do dia 21 e agosto, a diretoria da ANPT esteve reunida na sede da Associação para, além das questões que se referem à reposição dos subsídios e ao ajuizamento de ações visando à defesa dos interesses da categoria, acertar detalhes sobre a organização do 24º Encontro Nacional dos Procuradores do Trabalho (ENPT), que acontece entre os dias 4 e 7 de outubro, em Natal (RN). As providências preliminares para a realização do XVIII Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho (CNPT), que será realizado no primeiro semestre de 2013, também fizeram parte da pauta da reunião que incluiu, também, um novo convênio a ser firmado com a Dynamus Club, que vai oferecer mais benefícios aos associados da entidade. Por meio da parceria, a cartela de convênios que a ANPT oferecerá será ainda mais completa e diversificada. **N**



Diretoria da ANPT reunida na sede da Associação

Seminário na Câmara Municipal de SP defende Direitos Trabalhistas

Foi realizado no dia 24 de agosto, na Câmara Municipal de São Paulo, o seminário “A Defesa da CLT e dos Direitos Trabalhistas”, que teve como principal objetivo discutir os desafios enfrentados pelos trabalhadores na atual ordem econômica brasileira, além de traçar estratégias para evitar ou minimizar a flexibilização e a desregulamentação do Direito do Trabalho pelos Projetos de Lei (PL) que tramitam no Congresso Nacional. O diretor financeiro da ANPT, Ângelo Fabiano Farias da Costa, abriu o evento falando sobre o fenômeno da terceirização e a sua relação com a precarização no trabalho.

Durante sua exposição, o diretor da ANPT demonstrou grande preocupação com eventual aprovação do PL 4330/2004, que regulamenta a terceirização do trabalho no Brasil, demonstrando diversos pontos no projeto que, se aprovados, “trarão, sem sombra de dúvidas, enormes prejuízos aos direitos trabalhistas, permitindo a mercantilização de mão-de-obra, vedada por normas internacionais incorporadas ao ordenamento jurídico brasileiro”.

Em seu pronunciamento, Ângelo Costa destacou a importância da regulamentação do trabalho terceirizado. “A ANPT é favorável à normatização das terceirizações no Direito brasileiro.



Diretor da ANPT falou sobre o PL que regulamenta terceirização

Foto: Sintius

Todavia, devem ser observados os princípios da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho, restringindo-se a terceirização apenas a atividades-meio, por meio de empresas devidamente especializadas, devendo, ainda, ser garantidos o correto enquadramento sindical dos empregados terceirizados, a responsabilidade solidária entre as empresas tomadoras e prestadoras, bem como a isonomia de direitos entre os terceirizados e empregados próprios, sob pena de utilizarmos o trabalhador apenas como objeto do processo produtivo”, disse.

*Confira a íntegra da matéria no site www.anpt.org.br

ANPT apresenta propostas de alteração na jurisprudência do TST

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) marcou para o período de 10 e 14 de setembro a realização da 2ª Semana do TST, visando discutir pontos polêmicos ou não consensuais de sua jurisprudência e estudar alterações regimentais e propostas de modificação na legislação trabalhista. A ANPT apresentou, no dia 15 de agosto, manifestação formal solicitando que a Corte reavalie a Orientação Jurisprudencial (OJ) nº 130/SDI-2, determinado o seu cancelamento ou, alternativamente, a revisão do seu texto, para adotar solução mais consentânea com o disposto no art. 2º e parágrafo único da Lei da Ação Civil

Pública (ACP), afastando-se a incidência analógica do art. 93 do Código de Defesa do Consumidor ou atribuindo-lhe interpretação que resguarde a competência concorrente dos foros de qualquer das localidades alcançadas pela extensão do dano causado ou a ser reparado, em especial, acabando com fixação de foro exclusivo (Distrito Federal) para os danos que se estendam por mais de um Estado.

Em sua manifestação, a ANPT também registrou a relevância de se avançar para a superação de uma interpretação literal do art. 16 da Lei n. 7.347/85 (LACP), a fim de que se reconheça, nos moldes do que

preconiza o ordenamento jurídico pátrio, que os efeitos da coisa julgada na ação civil pública se relacionam com a natureza dos direitos defendidos (difusos, coletivos ou individuais homogêneos), de maneira que, independentemente da discussão atinente à competência (de que trata o art. 2º da LACP e a própria OJ 130, da SDI-II), há de se reconhecer que os efeitos da coisa julgada deverão se dar nos moldes estabelecidos pelo art. 103 do Código de Defesa do Consumidor (CDC), ou seja, *erga omnes* e *ultra partes* (salvo, claro, nas situações excepcionais elencadas nos incisos I e II do já mencionado art. 103 do CDC).

Diretora da ANPT participa de fórum sobre os direitos dos trabalhadores

A diretora da ANPT Renata Botasso participou, no dia 17 de agosto, na Câmara de Vereadores de Piracicaba, do I Fórum de debates sobre os Direitos dos trabalhadores ameaçados por PECs e Projetos que tramitam por Comissões no Congresso Nacional. O evento foi uma iniciativa do Conselho Sindical de Piracicaba e Região e do Fórum Sindical dos Trabalhadores/SP.



Diretora falou sobre o posicionamento da ANPT sobre o PL

Durante o evento, Botasso falou sobre o Projeto de Lei nº 4.330/2004, que regulariza o trabalho terceirizado. Segundo

ela, há necessidade de alterações em vários pontos do PL e, além disso, é necessária uma normatização que freie a precarização das relações de trabalho. “Os trabalhadores terceirizados, normalmente, recebem salários menores, têm maior jornada de trabalho, assim como estão mais suscetíveis a sofrer acidentes no local de trabalho”, completou.

Encontro Sul-Brasileiro de Procuradores do Trabalho discute trabalho do estrangeiro e do fronteiriço

Foi realizado, entre os dias 29 e 31 de agosto, o XVI Encontro Sul-Brasileiro de Procuradores do Trabalho, em Foz do Iguaçu, no Paraná, que este ano teve como tema o “Trabalho do Estrangeiro e do Fronteiriço”. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da solenidade de abertura e falou sobre a importância do encontro, ressaltando que tais eventos regionais propiciam a reunião de procuradores que lidam com realidades semelhantes, aprofundando os debates e as discussões com o objetivo de otimizar os resultados da atuação em defesa dos interesses da sociedade.

Segundo Azevedo Lima, o tema do Sul Brasileiro deste ano se mostra muito propício, tendo em vista a relevância das questões envolvendo o trabalho do estrangeiro, “ainda mais num tão propalado cenário de crescimento econômico, em que cada vez mais estrangeiros têm procurado o Brasil para trabalhar, já demonstrando os números oficiais que no primeiro semestre deste ano se verifica um crescimento de quase 25% em relação ao mesmo período



Encontro reuniu procuradores em Foz do Iguaçu

Foto: Ascom/PRT-9

do ano passado, estatísticas que são ainda mais significativas, certamente, se forem levados em consideração os trabalhadores informais, onde, inclusive, são verificadas, infelizmente, as mais graves irregularidades”, disse.

O presidente da ANPT enfatizou, ainda, que além de situações envolvendo exploração de trabalhadores estrangeiros das quais tem conhecimento todo o país verificadas na cadeia produtiva do setor têxtil, o trabalho estrangeiro na fronteira, como se dá em diversas partes da Região Sul, tem, indubitavelmente, suas peculiaridades. “É importante

que seja discutido profundamente, sempre com o objetivo de combater de maneira cada vez mais eficaz as graves situações como submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo, como já se verificou aqui mesmo na região de Foz do Iguaçu, tanto na área rural, a exemplo do que se constatou com trabalhadores que laboravam na atividade do ensaque do carvão, quanto, até mesmo, no trabalho doméstico, com diversas paraguaias sendo submetidas a condições degradantes, inclusive com cárcere privado e, mais grave ainda, envolvendo até menores de idade”, completou. **N**

Reuniões na Secretaria de Direitos Humanos têm presença da ANPT

Na manhã do dia 1º de agosto, o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou de reunião da Comissão Intersetorial para o enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, na Secretaria de Direitos Humanos (SDH), órgão vinculado à presidência da República. Durante o encontro, o grupo formulou um documento técnico contendo sistematização do marco regulatório internacional e nacional com base no Plano Decenal, para análises, reflexões, críticas e possíveis

contribuições acerca do combate à violência contra crianças e adolescentes.

Já no dia 31 de julho, também na SDH, o presidente da ANPT participou da reunião ordinária da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), com a presença da ministra da SDH, Maria do Rosário Nunes, presidente da Conatrae. O foco do encontro foi a programação, para o segundo semestre, com vistas a conseguir a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 57-A/99, que tramita no Senado Federal.

CONVÊNIOS ANPT

EMPRESA / INSTITUIÇÃO CONVENIADA	O QUE OFERECE?	COMO UTILIZAR?
LOCALIZA RENT A CAR Endereço: Avenida Bernardo Monteiro nº 1563, Funcionários – Belo Horizonte – MG Pessoa de contato: Carolina Lima E-mail: carolina.lima@localiza.com Telefones: 31 3247-7887	Desconto de 10% sobre a tarifa especial de Km livre (T501) para aluguel de veículos.	O associado deverá informar o código do convênio no momento da reserva pela central 24h Localiza (0800 979 2000) e também no pagamento da locação, nas agências Localiza.
COMPRA CERTA Consul/Brastemp	Descontos exclusivos para associados da ANPT.	O associado deverá acessar o site : www.compracerta.com.br/corporativo Telefones: 4004-0019 ou 0800 722 0019 Tecler opção 3 e informe seu código: anpt7
LTR EDITORA Endereço: Rua Jaguaribe 571, Santa Cecília, São Paulo – SP CEP: 01201-904 Pessoa de contato: Nelson E-mail: redator@ltr.com.br Telefone: 11 2167-1121	Desconto de 30%	O associado deverá manter contato com a editora e comprovar que faz parte do quadro associativo.
CHURRASCARIA FOGO DE CHÃO Endereço: SHS Quadra 5 bloco E Brasília - DF - Telefone: 61 3322-4666	Desconto de 10% no almoço e 15% no jantar (apenas para filial Brasília)	O associado deverá fazer reserva pelo telefone 61 3322-4666.
Unibanco Telefone: (61) 3321-6661	Empréstimos pessoas com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá acessar a área restrita do site da ANPT e emitir carta de apresentação
POUPEX	Condições especiais de crédito imobiliário para compra de imóvel, novo ou usado, ou construção em lote próprio.	O associado deverá acessar www.pouplex.com.br/psp ou ligar 0800 61 3040 para conferir as vantagens.
Pedra da Laguna Lodge & SPA	Desconto de 20% de sobre o preço das diárias normais, entre outros benefícios.	Acesse a área restrita do site da ANPT
COOMPERJ Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público no Estado do Rio de Janeiro	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 21 2506-2700
BANCO SANTANDER Telefone: 61 3321-6661	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 61 3321-6661
DYNAMUS	Descontos em diversos eletrodomésticos de diferentes marcas	O associado deverá acessar o site www.lojamabecorp.com.br/dynamus
Importadora e distribuidora de vinhos Obra Prima	Preços diferenciados para associados da ANPT	Acesse a área restrita do site da ANPT para mais informações e para conferir a carta de vinhos
GRUPO CAO A (HYUNDAI, SUBARU) Endereço: Av. Ibirapuera, 2400 Moema. São Paulo - SP CEP: 04028-002	Veículos das marcas HYUNDAI e SUBARU com preços e condições especiais praticados para frotistas	O associado deverá procurar diretamente os consultores: Fernando Ekstein : 11 5643-3632 / 7831-3756; fernando.frostista@caoa.com.br Edilene Santos: 11 5643-3645 / 9166-4522 edilene.frotista@caoa.com.br
HONDA AUTOMÓVEIS DO BRASIL	Veículos com preços e descontos praticados para frotistas (6,5%)	O associado deverá procurar uma concessionária HONDA e apresentar a carteira de afiliado da ANPT.
QUALICORP Endereço: Calçada dos Gerânios, nº 9, Barueri – SP CEP: 06453-14 Pessoa de contato: Nilva Ramos Silvino E-mail: nsilvino@qualicorp.com.br Telefones: 61 3701-2221/7811-0462	Plano de saúde coletivo por adesão com preço especial.	O associado deverá entrar em contato pelo telefone 61 3701-2200
APMP - Turismo	Vantagens exclusivas em viagens a trabalho ou a lazer. Convênio válido para todo o território nacional.	Entre em contato com a APMP Turismo por meio do sistema interativo que funciona como um correio eletrônico. Acesse a área restrita do site da ANPT para mais detalhes.
WAL-MART	Desconto de 5% em mais de sessenta mil produtos do site , além de 10% em diversas categorias.	Acesse www.walmart.com.br/anpt ou compre pelo televentas 3003-6000

Para conferir mais detalhes e os outros convênios firmados pela ANPT acesse a área restrita do [site](http://www.anpt.org.br). O endereço é www.anpt.org.br



ENTREVISTA

“As forças políticas contrárias ao Ministério Público e à magistratura são grandes”

O presidente da Associação do Ministério Público do DF e Territórios, Antonio Marcos Dezan, fala sobre a necessidade de alteração do crescente quadro de desvalorização das carreiras do MP e da magistratura e reitera, na condição de coordenador da Frentas, a necessidade de se buscar novos caminhos de atuação.

Quais são as suas principais perspectivas e os objetivos em relação a esse período nesses seis meses de coordenação da Frentas?

Ser indicado para a coordenação da Frente Associativa do Ministério Público e da Magistratura da União (Frentas) é motivo de orgulho e de muita responsabilidade. Vejo que o segundo semestre de 2012 aponta para a necessária intervenção das associações nas negociações relativas à aprovação dos projetos de lei referentes à remuneração de nossos associados, sem descuidarmos igualmente das propostas que reduzem as garantias sociais representadas pelas atribuições do Ministério Público e competências da Magistratura. Também será importante perseguir o julgamento dos diversos mandados de injunção já em curso no STF que exigem a recomposição dos subsídios diante da inércia do Poder Legislativo. Em um outro enfoque, é fundamental que iniciemos um trabalho junto ao chefe do Ministério Público da União para que possamos discutir aspectos referentes a vantagens que necessitem de mera regulamentação do Procurador-Geral da República para adequarmos as mesmas ao cenário atual em que as recomposições salariais não são observadas pelo Poder Executivo. Em síntese, continuar na luta pela recomposição remuneratória e garantia das prerrogativas institucionais, que são garantias sociais.

Os membros do MP e do Judiciário têm ressaltado a percepção, ao longo dos últimos anos, de uma sensível desvalorização de suas carreiras, com problemas relacionados, dentre outras questões, à saúde, segurança,

previdência e à ausência de uma política remuneratória adequada. O que se pode fazer para buscar a alteração desse quadro?

Os fatos são notórios. A desvalorização das carreiras da Magistratura e do Ministério Público está em curso e devemos agir para modificar tal quadro. Neste sentido, a Frentas tem atuado nos últimos anos, mas os resultados, apesar de importantes, não representam ainda uma mudança significativa de rumo. As forças políticas contrárias ao Ministério Público e à Magistratura são grandes e a Frentas busca a conscientização dos parlamentares para que as prerrogativas institucionais não sejam flexibilizadas. Segurança, saúde e previdência de nossos associados também são preocupações crescentes pois o quadro atual é alarmante. Nossos associados são mortos em razão de nossa atividade fim, que nem mesmo é reconhecida como ‘atividade de risco’ para fins de aposentadoria. Com isso, pretendemos atuar junto ao presidente do STF e ao procurador-geral da República para que essas autoridades busquem recursos e parcerias que ampliem a segurança para o exercício de nossa atividade além de instigá-los a obter para nossas carreiras a definição legal de ‘atividade de risco’ para fins previdenciários.

Na sua avaliação, o Poder Executivo estaria afrontando a autonomia financeira e orçamentária do Ministério Público e do Poder Judiciário? Quais providências têm sido discutidas no âmbito da Frentas em relação a isso?

O Poder Executivo não pode interferir no encaminhamento da proposta orçamentária dos demais Poderes e,

lamentavelmente, esta postura tem sido adotada pelo atual Governo. A Frentas tem preocupação em relação a esta questão. À primeira vista, medidas efetivas contra essa indevida ingerência parecem estar adstritas aos chefes do Ministério Público e do Poder Judiciário. Apesar disso, a Frentas pode incitar as chefias das instituições para que efetivamente defendam a autonomia prevista na Constituição Federal. Nada obstante, estamos desenvolvendo estudos para uma eventual necessidade de iniciativa da Frentas em relação à matéria.

Independentemente da questão remuneratória em si, como avalia a estrutura, tanto em termos materiais quanto de recursos humanos, disponibilizada ao Ministério Público atualmente? Há muito a avançar?

O MPU tem conseguido dotar seus diversos ramos de razoáveis recursos materiais, não podemos deixar de enxergar esta realidade e parabenizar os diversos procuradores-gerais por essa conquista. Sabemos, igualmente, que, em relação aos recursos humanos, o quadro de funcionários e de membros dos diversos ramos não acompanha o ritmo de crescimento das demandas que nos são apresentadas pela sociedade. Nossos servidores são dedicados e se orgulham de trabalhar no Ministério Público mas sofrem igualmente com a desvalorização de nossa carreira. Sem dúvida que há muito a avançar neste aspecto e creio que o melhor trabalho que a Frentas possa fazer é sensibilizar a chefia MPU para que aja como tal e amplie o diálogo com todos os seus ramos nas decisões que nos são comuns. **■**

CNMP debate compartilhamento de projetos do Ministério Público

Integrantes do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), dos Ministérios Públicos Estaduais, além dos membros do Ministério Público da União (MPU) com atuação em Rondônia, Roraima e Acre estiveram reunidos nos dias 8 e 9 de agosto, em Porto Velho (RO), para o primeiro encontro regional da Ação Nacional 2011-2015. O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da abertura do evento, que consistiu em uma das etapas de execução do Planejamento Estratégico Nacional do MP coordenado pelo Conselho no ano passado, com o apoio e a participação da ANPT.

Durante a solenidade de abertura, o presidente da ANPT ressaltou a relevância das ações promovidas pelo CNMP, voltadas para o planejamento

estratégico do Ministério Público (MP) brasileiro, “em especial por ser tal planejamento direcionado para a atuação finalística da instituição e de seus membros, a exemplo do combate ao trabalho escravo, ao trabalho infantil, aos crimes das mais variadas modalidades, à improbidade administrativa, dentre diversas outras”, disse. “Essas questões

são, indubitavelmente, de grande relevância para toda a sociedade, cujos interesses e anseios têm uma relação cada vez mais estreita com a atuação do Ministério Público. Daí a importância em se adotar medidas com o objetivo de otimizar os resultados obtidos por meio da atuação dos membros da instituição”, completou. **N**



Foto: Ascom/MP-RO

ANPT presente na abertura do evento

ANPT participa do 1º Congresso Internacional do CNPG

Foi realizado nos dias 16 e 17 de agosto, no Rio de Janeiro, o 1º Congresso Internacional do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPG). O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou do evento, que reuniu cer-

ca de 700 membros de todo o Ministério Público. O Congresso teve como objetivo promover um intercâmbio de cooperação jurídica internacional, para troca de informações, visando ao fortalecimento da Instituição.

Para o presidente da ANPT, o congresso foi importante porque “propicia uma

profícua troca de experiências e de conhecimento em geral entre os membros dos mais diversos ramos do Ministério Público dos mais variados locais, conferindo inegável contribuição para a otimização dos resultados a serem obtidos no trabalho em defesa dos relevantes interesses da sociedade”, destacou.

Semana Sindical 2012 tem participação da ANPT

O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, foi palestrante no dia 9 de agosto, no Ministério Público do Trabalho no Amazonas e em Roraima (PRT-11), de painel, durante a Semana Sindical 2012, que debateu, em Manaus (AM), o tema “terceirização: reflexos no movimento sindical”.

Azevedo Lima falou sobre o PL que regulamenta a terceirização, 4.330/04, ressaltando a importância do correto enquadramento sindical dos trabalhadores e disse que é importante inserir no substitutivo ao PL a sua adequação, para viabilizar a organização dos trabalhadores e a luta por seus direitos e

garantias, “o que acaba não ocorrendo quando se reúne numa mesma entidade trabalhadores que não têm nenhum senso de unidade por desempenharem funções as mais distintas, tal como se dá nos chamados ‘sindicatos de trabalhadores de empresas prestadoras de serviços terceirizáveis’”, exemplificou.

Além do presidente da ANPT, o diretor de Assuntos Jurídicos da entidade, José Cláudio Monteiro de Brito Filho, também, participou da Semana Sindical promovida pela Regional. Ele falou sobre “Direito de Greve e Negociação Coletiva”, juntamente com o procurador-chefe da PRT-11, Jeibson dos Santos Justiniano.

A Semana Sindical, que terminou no dia 10, teve como objetivo debater questões sindicais de modo a iniciar nos diversos agentes sociais envolvidos (trabalhadores, sindicatos, fiscalização do Trabalho, Poder Judiciário e Ministério Público do Trabalho) uma sensibilização sobre a temática. No último dia, inclusive, foi promovida uma audiência pública sobre a questão sindical no Amazonas e Roraima, da qual também participou o presidente da ANPT, além do procurador-geral do Trabalho, membros da PRT-11, magistrados, dirigentes sindicais e representantes da sociedade em geral. **N**